



## Decisão 02461/2022-3 - 2ª Câmara

**Processo:** 09753/2019-5

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Reforma

**UG:** IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** ELVIS FERREIRA CARDOSO

### **ATOS SUJEITOS A REGISTRO – REFORMA EX OFFICIO – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade.

### **O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **REFORMA EX-OFFICIO POR INVALIDEZ**, do **SOLDADO PM ELVIS FERREIRA CARDOSO**, Número Funcional **3501078/1**, com proventos integrais, a partir de **09/01/2017**, por meio da **Portaria 793/2019**, com supedâneo no art. 11, *caput*, c/c o art. 12, inciso IV e art. 13, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar 420/2007, alterada pelas Leis Complementares 592/2011, 745/2013 e 747/2013, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na Carta Magna, artigo 71,

inciso III, bem como na Carta Estadual, artigo 71, inciso IV, e, ainda, a teor do artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de Protocolo.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 02567/2022-3, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, em substituição, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, nos termos do Parecer de 01948/2022-1, em consonância com a área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **V O T O**

Tratam os presentes autos de Reforma em virtude de invalidez, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

A Reforma *Ex-Officio* está amparada em legislação específica, sendo os proventos fixados com base no subsídio da graduação de 3º SARGENTO PM, Referência 15, no valor de R\$ 5.435,90 (cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

Da análise do feito, tenho que assiste razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório demonstram a regularidade de Reforma *Ex-Officio* em apreço.

## **2. DO DISPOSITIVO:**

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

### **MARCO ANTONIO DA SILVA**

Relator

#### **1. DECISÃO TC- 2461/2022-3**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. REGISTRAR** a **PORTARIA 793/2019**, que Reforma *Ex-Officio* por invalidez, o **SOLDADO PM ELVIS FERREIRA CARDOSO**, a partir de **09/01/2017**, com proventos fixados no valor de **R\$ 5.435,90** (cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos);

**1.2. Dar CIÊNCIA** aos interessados.

**1.3. ARQUIVAR** os presentes autos.

**2. Unânime.**

**3. Data da sessão:** 29/07/2022 - 30ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**4.2. Conselheiro Substituto:** Marco Antonio da Silva (relator/em substituição)

5. Membro do Ministério Público de Contas: Luciano Vieira.

**CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES**

Presidente